

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC

TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

2015

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – UNIPAC
TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, como um dos requisitos para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Marco Aurélio Miguel Silva

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de continuar meus estudos. A minha esposa, que com muito amor e dedicação soube esperar por momentos em que eu estava ausente nos estudos deste curso.

Aos meus filhos Pedro e Gabriel, a minha mãe e família. Enfim, a todos que colaboraram de alguma forma para que esse trabalho fosse concluído.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus Mestres desta faculdade, e em especial a minha esposa.

RESUMO

Nos dias de hoje, se houve falar muito do meio ambiente, das questões ambientais e as desastrosas com a destruição desta natureza no mundo atual. O que se observa são sociedades inteiras absorvidas no propósito do que se fazer para que a sociedade tenha a consciência e capacidade para lidar com os problemas ambientais e cuidar do nosso planeta. Como não se sabe ou não consegue fazer com que a realidade mude rapidamente, a maneira mais eficiente que se encontra, nos dias de hoje, é a educação ambiental. Educar para assim, promover uma maior consciência social, educacional e cultural. Neste sentido a Educação Infantil tem um papel fundamental na prevenção da degradação ambiental, pois se desde os primeiros anos de vida, a criança aprender a lidar conscientemente com o meio ambiente, futuramente, este problema será minimizado e a situação ambiental poderá tomar rumos melhores, garantindo a sobrevivência do homem. Através deste trabalho monográfico, cujo objetivo é saber se realmente as crianças tem condições de mudar suas atitudes, mediante o trabalho realizado pelas professoras sobre educação ambiental e como é realizado este trabalho, conclui-se que elas além de compreender a situação, mudam os hábitos podem ser multiplicadoras de novas atitudes, podendo até repreender um adulto, diante de uma ação errônea contra o meio ambiente. Quanto ao trabalho das professoras, elas garantem que não há nenhuma dificuldade em realizar o trabalho, pois as crianças, mesmo convivendo com adultos, os quais, na maioria das vezes, depredam a natureza, acreditam muito nos ensinamentos das professoras e não se deixam corromper com os exemplos dos homens que rodeiam.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica de diversos autores que tratam do assunto Educação ambiental e uma pesquisa de campo realizada com professoras da Educação Infantil, com a finalidade de conhecer como este tema é abordado para as crianças. O motivo da escolha deste tema foi conhecer como é realizado o de Educação Ambiental na Educação Infantil, se as crianças conseguem aprender sobre um tema tão vago no cotidiano delas e se há dificuldades em realizar este trabalho. A pesquisa demonstrou que as crianças são capazes de compreender o que é preservação ambiental e se comprometem muito através de atitudes preventivas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. HISTÓRICO, FINALIDADES, PRINCÍPIOS BÁSICOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
3. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
4. O AMBIENTE ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL
5. CONCLUSÃO
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APRESENTAÇÃO

É preocupante a situação ambiental em todo o mundo, visto que os homens destroem a natureza em virtude de interesses próprios, esquecendo-se de que o meio ambiente é que possibilita sua vida. Diante desta preocupação, o papel da escola é fundamental, pois ela pode ajudar, levando seus alunos a refletir sobre sua ação no meio ambiente e também realizar um trabalho preventivo, isto é, educar as crianças para que elas tenham posturas diferentes, das dos homens de hoje, futuramente. O trabalho preventivo deve acontecer desde os primeiros anos escolares, porém resta saber se crianças pequenas e se conseguem entender o problema e agir diferente dos adultos que as rodeiam.

Este trabalho monográfico visa conhecer como é realizado o trabalho de Educação Ambiental, a metodologia usada na temática do Meio Ambiente com as crianças da Educação Infantil e saber se as crianças conseguem entender e por em prática este tema. O objetivo da pesquisa é investigar o trabalho realizado na Escola Municipal e para isso, utilizar-se-á do método de pesquisa Bibliográfica e entrevista pessoal de professora do ensino fundamental.

A pesquisa bibliográfica aborda as raízes teóricas sobre as causas que levaram os homens a depredar o meio ambiente, os acontecimentos que comprovam a preocupação da humanidade quanto à preservação, como esta temática foi inserida no âmbito educacional e qual é a contribuição da abordagem da Educação Ambiental desde a Educação Infantil.

A pesquisa de campo foi realizada com professora de turma de aluno através de entrevistas e observações sobre o desenvolvimento desta temática.

2 Histórico, finalidades, princípios básicos e objetivos da educação ambiental

O segundo capítulo explica o histórico da Educação Ambiental, como quando e o porquê a degradação ambiental iniciou no mundo e principalmente no Brasil, centrando na ideia de que isto ocorreu devido à ambição humana.

3 O papel do professor no processo de Educação Ambiental

O terceiro capítulo aborda a importância de se trabalhar a questão da preservação ambiental nas primeiras séries da educação infantil, como sendo um trabalho preventivo, que objetiva mudanças na postura dos futuros cidadãos.

4 O ambiente escolar e a educação ambiental

O quarto capítulo descreve a pesquisa de campo e os comentários sobre o que foi observado e análise das entrevistas com as professoras, o qual nos oferece subsídios aos objetivos.

Vivemos na Contemporaneidade um momento de negligência intelectual, uma cultura que nos faz esquecer a identidade do eu, da terra, e do cosmo "nós domamos a natureza vegetal e animal, pensamos ser senhores e donos da Terra, os conquistadores mesmo do cosmo"

(MORIN, 2004, p.38). Porém, é necessário e urgente compreender que o homem não pode ser separado do universo e sim situado nele. Pois quem somos, é inseparável de onde estamos, de onde viemos e para onde vamos, propõe resgatar esse entendimento da totalidade, buscando desconstruir a ideia de que o homem é o dono do mundo, portanto, o soberano.

O resgate do entendimento dessa intrínseca, indissociável e dependente relação: homem/meio ambiente, dar-se-á através da abordagem do Tema Transversal Meio Ambiente desde a Educação Infantil, pois assim a conscientização se dará antes que o aluno se corrompa com tantos atos de degradações da natureza pensando somente em riquezas.

1 – INTRODUÇÃO

Etimologicamente, segundo dicionário Aurélio, ambiente significa o que está em torno. Meio ambiente é tudo o que circunda. É a integração de tudo o que constitui o planeta e até, além disso, coisas, pessoas, seres de todo tipo. Natureza é a palavra normalmente usada para designar, de modo genérico, o que de forma restrita diz respeito à ambiente. Sendo assim, o termo meio ambiente está relacionado a tudo o que existe ao nosso redor incluindo nós mesmo.

O problema do meio ambiente é a noção de natureza do homem moderno que está contaminada pelo conceito de ganho e de uso, pois produzir mercadoria e trocar no mercado com lucro máximo é o pensamento predominante no mundo moderno. Pizza aponta que toda esta ambição desenfreada e o conhecimento científico-tecnológico elevaram o poder do homem para amenizar, evitar e isolar fenômenos naturais e isso o tornou iludido levando-o a acreditar que a natureza era infinita, portanto poderia ser utilizada como comércio.

Segundo Amâncio e Gomes (2001), os problemas ambientais surgiram devido ao livre arbítrio do homem. Para eles, a diferença crucial entre o homem em relação a qualquer outro ser vivo da natureza é seu livre arbítrio. Segundo os autores, não há meio ambiente natural no sentido puro da palavra para o homem, pois o livre-arbítrio humano cria imediatamente alguma forma de cultura que o leva a ver a natureza como meio de riqueza e não como algo a ser necessário à sua vida e digna de ser preservada.

“Se o homem quisesse povoar e zelar, eles teriam conseguido, visto que por livre arbítrio, tudo ele pode. Se sobrevivem matas ou ecossistemas aparentemente intocados pelo homem é porque os seres humanos que nele se encontram, por seu livre-arbítrio, assim o preserva” (AMÂNCIO E GOMES, 2001, p. 03).

Os autores explicam que o livre-arbítrio combinado com o processo evolutivo do conhecimento dotou o ser humano da capacidade de desvendar e manipular muitos segredos dos fenômenos naturais. Essa capacidade foi ampliada velozmente com os adventos tecnológicos, a ponto de o ritmo das descobertas científicas ofuscarem a permanência do homem na condição de parte da natureza.

“O conhecimento científico-tecnológico elevou o poder dos homens para amenizar, evitar e isolar alguns fenômenos naturais e isso nos fez iludidos de que podemos estar acima da natureza e não integrados a ela. Combinado com o livre-arbítrio, este conhecimento está nos possibilitando ir até ao espaço sideral para ver se domamos aquelas condições mais inóspitas ainda para a vida humana até que possamos também a elas nos adaptar” (AMÂNCIO E GOMES, 2001, p. 04).

O acúmulo do conhecimento científico fez com que o homem se sentisse poderoso e o induziu a acreditar na possibilidade futura do controle total da natureza. Acreditar cegamente nisso foi deixar envolver-se totalmente pela ideologia dos tempos modernos; duvidar ou questionar se o homem será ou não

capaz de tal proeza. A adaptação dos seres humanos a diversos tipos de condições ambientais, inclusive àquelas consideradas inóspitas, revela que sua mudança do homem de um lugar para outro se dá pelo livre arbítrio e não pela necessidade de ir para outro lugar, visto que ele é adaptável.

Segundo Pizza (1991), a degradação ambiental inicia nos tempos primórdios ainda quando a economia se restringia à subsistência. O autor explica que há a existência de dois ramos da economia como distintos e limitados. A primeira economia foi a doméstica, a qual tinha um limite, pois não visava ganhar dinheiro. Seu ramo se tratava do necessário, dedicado a assegurar a subsistência. A segunda economia, também limitada, que trata do ramo do supérfluo, dedicado a assegurar a melhoria de vida, desde que não fosse destrutiva. O autor observa que todo tipo de riqueza buscada pelo homem deveria, segundo as explicações de Aristóteles, ter um limite, porém isto não acontece. A razão disto é a estreita afinidade existente entre estes dois ramos da arte de enriquecer. Em ambos, o instrumento é o mesmo; eles usam os mesmos bens, embora não o façam da mesma maneira. A partir do momento que o homem deseja incrementar suas posses destinadas à sobrevivência, ele busca o supérfluo, supondo que a função da economia doméstica é aumentar as posses, e estão sempre sob a impressão de que seu dever é preservar-lhes o valor em dinheiro ou aumentá-las infinitamente. A causa deste estado de espírito é o fato de a intenção destas pessoas ser apenas viver, e não viver bem; da mesma forma que o desejo de viver é ilimitado, elas querem que os meios de o satisfazer também sejam.

“Note-se que Aristóteles condiciona o viver bem à desambição de ganhos ilimitados, o que era possível na vida cívica da polis; nela, a compulsão de aumentar infinitamente a posse de bens é considerada uma deformação, eis que se transforma em um fim em si. Essas duas formas de economia sempre conviveram no âmbito dos sistemas sociais, mas a moderna disciplina econômica trata apenas de uma delas como se fosse a única, exatamente aquela que desqualifica a vida no seu aspecto substantivo” (PIZZA, 1991, p. 13).

Para Pizza (1991), o esquecimento da natureza e o seu conseqüente uso se deram a vários fatores. Primeiro, o homem se deixou levar pela ideia de que viver bem é consumir supérfluos e correr atrás de riquezas; segundo, foi a questão do valor ser de quem possui o poder da riqueza e ser este quem lidera o pensamento dos homens. O autor explica que a ciência e a tecnologia precisam vender seus produtos, por isso a mídia vive clamando pela busca do conhecimento como se apenas isto fosse realizar o homem. Assim, aquele que busca um diploma acadêmico, apodera-se de um cargo ou influência em setores de normatização e controle do Estado, ou se torna proprietário de empresas que lidam com produtos avançados e, conseqüentemente, passa a consumir praticamente todos os benefícios materiais da nossa era, acumulando um grande poder nas mãos.

Segundo os autores Cézár e Sezar (1996) a predação ambiental se deve ao fato das inúmeras modificações que o homem fez no meio em que vive. Foi em busca de construir moradias, áreas de trabalho e até de lazer, usando principalmente

a natureza é que esta foi depredada. Os autores explicam que a atuação do homem sobre os ecossistemas, exatamente pelo fato de ser muito intensa, devido ao acelerado crescimento demográfico, levou a sérios desequilíbrios na biosfera. São citados como impactos provocados pelo homem na natureza: a poluição, o desmatamento e a destruição de espécies. De acordo com estes autores a poluição acompanha a civilização, porque quase sempre, os poluentes são resíduos de atividades humanas essenciais, como a agricultura, a construção de casas, o transporte de pessoas e mercadorias, a atividade da indústria e a produção de resíduos biológicos, como urina e fezes. Cézar e Sezar (1996) explicam que o desmatamento, a drenagem de regiões de pântano, a transformação de savanas em pastos, a construção de rodovias e represas, a poluição por substâncias tóxicas, tudo isso leva à destruição dos ecossistemas e à extinção das espécies que neles vivem.

Sendo assim, pode-se afirmar que um dos problemas envolvidos está exatamente na destruição dos habitats naturais. À medida que diversos habitats se transfiguram em pequenas ilhas, as espécies que ficam nelas exploram o ambiente de forma muito intensa e podem contribuir para sua destruição mais rápida. Ao contrário, o homem não se adapta, mas modifica a natureza em busca de sobrevivência. A busca constante do homem pela vida, não o deixa perceber que ele não está somente modificando, mas destruindo sua fonte de vida.

“Na realidade, todas as espécies biológicas interagem com o ecossistema; no entanto, o homem é o único que modifica o meio ambiente de maneira tão profunda. Por outro lado, o homem não está imune às mudanças no ambiente, acabando por sofrer com as perturbações dos ecossistemas” (CÉZAR e SÉZAR, 1996, p. 386).

O homem, num grau maior ou menor, sempre interferiu na natureza, sem grandes preocupações com os complexos equilíbrios que nela existem, isto porque tais equilíbrios eram mal conhecidos e porque era predominante a ideia de que os recursos naturais eram infinitos. O Brasil foi explorado desde que foi descoberto pelos portugueses. A intenção de usar os recursos naturais deste país ficou evidente na carta que o Padre Pero Vaz de Caminha enviou a Dom Manuel. Ele descreveu o meio ambiente já declarando a intenção em explorar seus minérios e aproveitá-la para outras fontes econômicas.

“Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro; nem lho vimos. Porém, a terra, em si, é de muitos bons ares, assim frios e temperados com os de Entre Douro e Minho, nesses tempos de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem” (Pero Vaz de Caminha).

Sendo assim, pode-se afirmar que o primeiro olhar já tinha a intenção de explorar. Depois iniciou a exploração do pau-brasil por Portugal, por volta de 1515, para extrair desta planta um pigmento de coloração vermelha, usado no processo de tingimento e usar a madeira para a fabricação de móveis e carpintaria.

Segundo Macedo e Oliveira (2000), a intensa demanda do comércio do pau-brasil incitou o interesse dos europeus como um todo, não apenas dos portugueses, mas também dos ingleses e franceses que ficaram bastante motivados a explorar essa riqueza brasileira. Sabe-se que naquela época não havia nenhum tipo de manejo florestal e muito menos a preocupação em preservar, o que provocou profundos impactos com a destruição de enormes florestas.

“Em 1500, época da chegada dos portugueses ao Brasil, a mata Atlântica tinha mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, 12% da área do Brasil atual, estendendo-se por dezessete dos atuais estados. Hoje, restam apenas cerca de 10% dessa área de mata, a maior parte em serras inacessíveis. Essa é uma das consequências de quinhentos anos de exploração, que acabou com muitas espécies vegetais e animais, além de trazer riscos à própria vida humana. E tudo começou com a extração do pau-brasil feita pelos portugueses” (PILETTI; p 135, 2007).

Com a escassez do pau-brasil e com a vinda de vários estrangeiros para o Brasil, iniciou a exploração da terra com lavouras cana de açúcar e café. Esta exploração foi pior que a do pau-brasil.

Segundo o Garcia (2002), quando os portugueses exploravam o pau-brasil, eles vinham, pegavam a madeira e voltavam para Portugal. Para plantar a cana e o café foi preciso que os portugueses se fixassem no território, formassem povoados, construíssem engenhos de fabricação de açúcar. Iniciou então a derrubada das florestas para o preparo do solo e das instalações.

“Naquela época não havia preocupação com a preservação, a melhoria ou a recuperação do solo. Não era utilizada a adubação. Quando uma área de terra não produzia satisfatoriamente, era abandonada e fazia-se nova derrubada de árvores. Com o tempo estes métodos se tornaram devastadores para o meio ambiente” (PILETTI; p 313, 2007).

Os bandeirantes deram início aos primeiros povoados no interior do país à procura de ouro, o qual foi encontrado na atual região de Minas Gerais. Esta atividade foi realizada rudimentarmente, provocando destruição do solo, contaminação das águas, desmatamento e morte de várias espécies de animais. Segundo Domingues e Fiusa (1996), a maior parte da exploração acontecia na superfície do solo e no leito dos rios e mesmo assim era feita de forma rudimentar e imperfeita.

Piletti (2007) cita um comentário do Francês Auguste de Saint-Hilaire, quando passou pelo Brasil e observou a exploração do ouro:

“Aquilo em que os mineiros são mais competentes é na técnica de conduzir a água para os lugares em que a lavagem do ouro a torna necessária. Quanto ao mais, a arte de explorar minas não é entre eles mais que uma rotina imperfeita e cega, e não existe em seu país escola nenhuma em que possam adquirir os conhecimentos que lhes são tão necessários. Sem preocupação com o futuro, entulham os vales com a terra das montanhas; cobrem com os resíduos de lavagens terrenos que ainda não foram explorados e que contêm

também grande quantidade de ouro; obstruem o leito dos rios com arei”(citado por PILETTI, p. 35, 2007).

Com a descoberta do ouro nas minas ocorreu um intercâmbio entre o litoral, o sul e o centro do país, pois muitas pessoas vieram para buscar ouro na região central e necessitou também de um comércio interno e a consequência deste movimento foi devastação de extensas áreas de vegetação e doenças de pessoas e animais provocadas pelo uso do mercúrio nas explorações.

A criação de gado também não deixou de ser uma exploração ambiental, visto que frequentemente os criadores de gado usufruíam de terras novas quando a pastagem antiga não era suficiente. Segundo Schmidt (1999), quando as pastagens de um lugar terminavam, tocava-se o gado para outro local, e assim novas terras iam sendo desbravadas. Não se deseja aqui, recriminar todas estas atividades econômicas. Elas foram muito importantes para o desenvolvimento do país. A intenção foi mostrar que elas foram realizadas de forma rudimentar, sem planejamento e sem preocupação com a preservação ambiental, o que fez criar um costume nos brasileiros de não se preocuparem com a escassez dos recursos naturais.

Atualmente, os brasileiros destroem o meio ambiente constantemente, para saciar a ganância, fechando os olhos para as consequências e não se preocupa com suas gerações futuras. O desmatamento na Amazônia, não preocupa somente os governantes brasileiros, mas outros países. A Amazônia deixou de ser centro de estudo para ser cento de ações criminosas. São centenas de milhares de metros de madeiras contrabandeadas, são extensas áreas desmatadas para a fabricação do carvão mineral. É a fonte de vida sendo queimada pela ambição humana e pelo descaso das autoridades. A Amazônia deveria ser preservada, pois futuramente seria o pulmão do Brasil e países vizinhos.

“No passado a Amazônia era visitada por estudiosos: cientistas, biólogos, evangélicos, católicos, que palmilhavam o seu interior, com boas ou más intenções, mas dentro de um trabalho silencioso e sem agressão ao meio ambiente. Agora, são os devastadores, na busca insana da riqueza fácil, destruindo árvores colossais e centenárias, com os impiedosos moto serras, ou abrindo clareiras com a destruição pelo fogo, contribuindo grandemente para poluir o meio ambiente”(MELANI, p. 214, 2006).

A poluição dos lagos, rios e costa marítima continua desenfreada. O brasileiro não perde tempo em andar até uma lixeira para depositar seu lixo. Joga em qualquer lugar. O pior é que não aprende com seus erros. São constantes as enchentes devido à grande quantidade de lixo nos rios, é grande a perda de moradias, utensílios domésticos, veículos e ainda assim não aprendem. Por mais que os meios de comunicação veiculam propagandas educativas e as escolas trabalham o tema de preservação ambiental, o brasileiro continua a agredir a natureza de forma mesquinha.

2 – HISTÓRICO, FINALIDADES, PRINCÍPIOS BÁSICOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental (s/d, p. 04), no Brasil apenas em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental. Quatro anos após a promulgação da Constituição, é realizado no Rio de Janeiro o mais importante evento sobre desenvolvimento sustentável, reunindo cerca de 179 países: a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. Um dos principais documentos resultantes do evento foi a Agenda 21, que se constitui em um programa recomendado aos governos, agências de desenvolvimento, órgãos das Nações Unidas, organizações não governamentais e sociedade civil de um modo geral, para ser colocado em prática a partir de sua aprovação, em 14 de junho de 1992, e implementado ao longo do século 21. O documento, de caráter abrangente, engloba uma série de decisões resultantes de conferências específicas e temáticas, incorporando, inclusive, a Educação Ambiental.

Na verdade, este assunto é visto apenas no papel. São inúmeras folhas com soluções e nenhum interesse em realizá-las. Assim sendo até acreditamos que nossos governantes não tomam atitude em defesa do meio ambiente para não prejudicar grandes empresários ou afilhados políticos. Atualmente, são inúmeros os tratados internacionais, eventos e políticas relacionadas à questão ambiental e à Educação Ambiental que delineiam o trabalho com esta temática, com consenso de que a educação é um importante instrumento no processo de construção de uma sociedade sustentável.

Sendo uma educação essencialmente política, o conceito de Educação Ambiental foi mudando ao longo do tempo. Concebida no interior do movimento ambientalista, primeiramente a Educação Ambiental envolvia os cidadãos em ações ambientalmente corretas, visando à conservação da natureza. Hoje, se considera a necessidade de incluir os diversos aspectos da realidade, dando condições aos alunos para se posicionarem a agir em busca de caminhos para os desafios do processo de construção, ocupação e transformação não só do mundo natural, mas de sua vertente social, cultural e ética. Uma educação que complementa os princípios da educação básica, referendada no artigo 26 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e detalhada nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental emanada pelo Conselho Nacional de Educação. (Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, s/d, p. 04-05).

De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, a trajetória descrita até o momento nos mostra que a concepção, as discussões e práticas de Educação Ambiental foram iniciativas das políticas ambientais. Os sistemas

de ensino absorveram a prática da Educação Ambiental em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais dedicados ao meio ambiente, por meio de projetos temáticos. As organizações não governamentais (ONGs) desempenharam, e desempenham, papel importante no processo de expansão e aprofundamento das ações de Educação Ambiental e impulsionaram as iniciativas governamentais. Nas políticas educacionais, esta temática tem tido um enfoque extracurricular e esta prática influi diretamente no modo como foi e ainda é trabalhada nas escolas.

Vê-se que é através da ação humana e conjunta que o homem pode resolver os problemas que ele mesmo criou. A partir do momento começou a aparecer as políticas do Meio Ambiente, a população foi se conscientizando e atualmente o assunto é discutido em vários setores.

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, a lei que mais merece destaque por ser o marco que propiciou a legitimação da Educação Ambiental como política pública nos sistemas de ensino foi a Lei nº 9.795, de 28 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determinando a inclusão da Educação Ambiental de modo organizado e oficial no sistema escolar brasileiro. Essa lei consolida os princípios da Educação Ambiental discutidos nos fóruns internacionais e nacionais desde 1977, quando os torna legais ao fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da Educação Ambiental. Ao definir responsabilidades e inserir a temática na pauta dos diversos setores da sociedade, a PNEA institucionaliza a Educação ambiental e a torna objeto de políticas públicas. Dentre esses setores, os sistemas de ensino são apontados também como responsáveis pela implementação da Educação Ambiental.

Conseqüentemente, a promulgação dessa lei impulsionou a estruturação/fortalecimento da Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA). Oportunamente, o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010) aprovado pelo Congresso Nacional (Lei nº 10.172/2001), além de cumprir uma determinação da LDBEN em seu art. 87, fixa diretrizes, objetivos e metas para o período de 10 anos, garantindo coerência nas prioridades educacionais para este período.

Depois da implementação da Lei nº 9.795 as escolas passaram a trabalhar a temática do meio ambiente com o objetivo de conscientizar os alunos quanto ao uso sustentável do meio ambiente. Nos objetivos e metas para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (PNE) propõe: a Educação Ambiental, como tema transversal, desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente com caráter de formadora de consciência e não como mera transmissora de conhecimentos. (Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, s/d, p. 09).

“A Política Nacional de Educação ambiental envolve em suas esferas de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema nacional de Meio Ambiente-Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não

governamentais com atuação em educação ambiental” (Lei N. 9.795, art. 7º).

De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, o currículo escolar deve estar concordando com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos conselhos de educação dos estados e municípios e devem se tornar a base das políticas de institucionalização nos sistemas de ensino.

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, o trabalho do MEC teve início durante o processo preparatório da Rio 92, por meio da Portaria nº 2.421, de 21 de novembro de 1991. Esta Portaria instituiu, em caráter permanente, um Grupo de Trabalho com o objetivo de delinear junto às Secretarias de Educação as metas e estratégias para implantação da Educação Ambiental no país, elaborar a proposta de atuação do MEC para a educação formal e não formal e preparar sua participação para a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. O país se organizava para refletir sobre os problemas ambientais e buscou na educação a solução para os problemas existentes e alternativas para minimizar os problemas futuros. De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, o Parecer nº 819/85 do MEC concretiza a necessidade da implementação de conteúdos ecológicos no Ensino Fundamental, de forma interdisciplinar. Em 1987, o CFE aprova este Parecer.

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, antes da conferência, já existiam algumas portarias do MEC e pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE) sobre a inclusão da Educação Ambiental nos currículos das escolas da educação básica. Dois anos antes da Rio 92, alguns eventos significativos para o avanço da temática ambiental na educação iniciaram a exigência de uma nova postura política do MEC em relação ao tema. Os mais significativos foram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990), que concede à sociedade a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e mais tarde a Portaria nº 678/1991 do MEC, que determinou que a educação escolar deveria contemplar a Educação Ambiental permeando todos os currículos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, antecedendo a característica transversal do tema meio ambiente.

Como se vê o MEC sentiu a necessidade de trabalhar esta temática antes mesmo das reivindicações sociais, porém só teve forças para dinamizar o trabalho depois de vários movimentos e tratados políticos. De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, a Rio 92, teve como documento final a Carta Brasileira para Educação Ambiental que reconhecia ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar o desenvolvimento sustentável como estratégia de sobrevivência do planeta e da melhoria da qualidade de vida. O Grupo de Trabalho promoveu o 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (CEAs), realizado em Foz de

Iguaçu em dezembro de 1992, onde os coordenadores dos centros já existentes e técnicos das Secretarias de Educação debateram propostas pedagógicas, recursos institucionais e apresentaram projetos e experiências exitosas. Como resultado desse evento, o MEC apoiou a implantação de Centros de Educação Ambiental como espaço de referência, visando à formação integral do cidadão para interagir em diversos níveis e modalidades de ensino e introduzir práticas junto às comunidades. Através da divulgação de vários trabalhos realizados para a educação ambiental, hoje, muitas escolas têm consciência do seu papel na formação de alunos conscientes e transformadores do caos natural causado pelo homem. Algumas realizam este trabalho não somente dentro da escola, mas envolvendo a comunidade, procurando reeducar a sociedade.

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, em 1993 existiam cinco CEAs e cinco anos mais tarde, já eram dezenas, criados por diferentes instituições governamentais ou não governamentais. Embora este programa não seja mais realizado pela COEA, alguns CEAs continuam desenvolvendo trabalhos com as escolas/comunidade, fornecendo cursos de capacitação para professores e trabalhando em projetos. Em virtude dessas ações, aliado à repercussão que a Rio 92 deixou no cenário das políticas públicas brasileiras, o Grupo de Trabalho é transformado em Coordenação de Educação Ambiental (CEA), pela Portaria nº 773 de 10/05/1993, diretamente ligada ao Gabinete do Ministro da Educação. Um ano depois, em 1994, a CEA/MEC, em parceria com o Ibama/MMA/MCT, cria o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), com o objetivo de capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante em seus diversos níveis e modalidades.

O trabalho de educação ambiental caminhava muito lentamente. As escolas demoraram muito trabalhar este tema de acordo com a proposta do MEC. Certo é que a atitude só terá início com a formação continuada dos professores. Enquanto eles não foram capacitados, o trabalho não começou a surgir.

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação o Pronea foi uma proposta de implementação da Educação Ambiental no ensino formal e não formal, incorporando em seus princípios e objetivos as definições dos tratados internacionais, tornando-se base para a discussão e proposição da PNEA (Lei nº 9.795/99).

As articulações interministeriais para elaboração do programa nacional incentivaram a assinatura de um Protocolo de Intenção entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Educação (MEC) em 1996, no qual foi estabelecido um canal formal para que ambos os órgãos desenvolvessem ações conjuntas e formulassem políticas de implantação da Educação Ambiental no ensino formal e não formal, cabendo a cada participante a responsabilidade de implementar a temática na sua área de abrangência. Este protocolo não garantiu a efetiva participação do MEC nas ações de Educação Ambiental em ensino formal, mantendo uma atuação coadjuvante das iniciativas do MMA nos trabalhos e projetos dentro do espaço escolar.

Renovada, em 2001, os novos termos do protocolo registraram um avanço nas atribuições do MEC como órgão indutor das políticas da Educação Ambiental nos sistemas de ensino, contemplando o contexto da educação e não só do meio ambiente. Em resposta às orientações do PRONEA, tendo como roteiro de implementação o capítulo 36 da Agenda 21, a COEA/MEC promoveu entre os anos de 1996 e 1998 dezoito cursos de capacitação para instrumentalizar os técnicos das Secretarias de Educação, das delegacias regionais do MEC, professores das escolas técnicas federais e dos cursos de pedagogia de algumas universidades, para atuarem como agentes multiplicadores.

Os cursos tinham carga horária de 100 horas, divididas em dois momentos, um em cada ano. A metodologia adotada pelo MEC consistiu na discussão de matrizes sequencias que enfocavam desde a identificação dos problemas socioambientais, até o planejamento para introduzir a Educação Ambiental no currículo.

A formação continuada aos educadores repercutiu na sala de aula. O trabalho não é realizado de forma planejada em todas as escolas, porém é discutido sempre. Atualmente os alunos já possuem mais consciência do que os adultos. De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais, falam da importância da participação da sociedade no cotidiano escolar, como forma de promover o exercício da cidadania e a necessidade de articulação e integração entre as diferentes instâncias de governo.

Ressalta-se ainda a importância da elaboração do projeto educativo da escola, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar e a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais. A princípio foram elencados os seguintes temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo (com possibilidade de as escolas elegerem outros de importância relevante para sua realidade). Os temas transversais não se enquadram nas disciplinas tradicionais, mas extrapolam seus limites e devem ser explorados nos conteúdos destas e trabalhados de forma articulada por meio de projetos, como aponta Morim (2002) “a transversalidade sugere que as temáticas sejam tratadas não por uma disciplina ou grupo de disciplinas, mas por todas aquelas que compõem o currículo escolar”.

De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, outras ações de destaque neste período foram as teleconferências promovidas pela CEA. A primeira, em 1997, teve abrangência nacional e contou com a participação dos ministros da Educação e do Meio Ambiente, do presidente do Ibama, representante de Educação Ambiental do Ibama e do MEC, além da coordenadora dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais da SEF/MEC. Ainda no mesmo ano foram executadas mais cinco teleconferências regionais com vários especialistas convidados e vídeo reportagens sobre as experiências regionais sobre a temática.

Foi, por fim, publicado o livro *Implantação da Educação Ambiental no Brasil*, que sintetiza as principais ações institucionais de Educação Ambiental e a história da Educação Ambiental no Brasil. Sem a pretensão de discutir pedagogicamente os conteúdos da Educação Ambiental, esta publicação foi muito importante porque mostrou de maneira contextualizada a evolução histórica da Educação Ambiental no Brasil até 1998, incluindo as ações do MEC até este momento. Sua distribuição foi principalmente para professores e estudantes que queriam iniciar pesquisas sobre Educação Ambiental.

Na verdade, a divulgação de trabalhos realizados na escola estimula professores e alunos. Isto significa reconhecimento e desta forma os envolvidos percebem a importância de seus trabalhos, continuam empenhados na questão o que acaba contagiando outras pessoas.

Segundo as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, entre 1991 e 1998, a presença da Educação Ambiental no MEC teve um forte caráter de apoio às ações de Educação Ambiental que eram desenvolvidas no sistema do meio ambiente. Não havia uma definição nítida que indicasse a construção de uma identidade da Educação Ambiental nos diversos sistemas de ensino.

A criação de Centros de Educação Ambiental, os cursos de capacitação para multiplicadores e a divulgação dos objetivos e princípios da Educação Ambiental, assim como os projetos de Educação Ambiental nas escolas mostradas nas teleconferências e vídeos, garantiram a sensibilização dos atores da área educacional, mas não penetraram no universo das políticas e ações educacionais das instituições como era de se esperar.

A proposta dos temas transversais no currículo foi uma novidade que o sistema de ensino não pôde absorver de imediato como uma política educacional nem como uma prática pedagógica, tamanhas as mudanças que isto exige. O MEC precisaria então iniciar um movimento de institucionalização e formulação de políticas para inserir a Educação Ambiental como um tema transversal no Ensino Fundamental. Uma das providências foi transferir a CEA da Secretaria Executiva do Gabinete do Ministro para a Diretoria de Políticas de Educação Fundamental (DPE) da SEF (Secretaria do ensino Fundamental) e efetivá-la como uma coordenação oficial no organograma do MEC.

Os temas transversais assustaram os professores, pois estes deveriam abandonar as metodologias concentradas somente em suas disciplinas para abordar um objeto de discussão complexo e inerente a outras áreas. Segundo informações das Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, somente no segundo semestre de 1999, iniciou-se a atual gestão da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA). Os avanços históricos e políticos de propostas de inserção da Educação Ambiental nos sistemas de ensino criaram um momento favorável para sua consolidação como órgão federal e como indutor de políticas no sistema educacional.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), este documento introduziu a proposta dos temas transversais como forma de contribuir para práticas de uma concepção de educação tratada como um valor social,

imprescindível para construção da cidadania. A transversalização do tema meio ambiente no currículo foi uma das melhores propostas para definição de um campo de atuação da Educação Ambiental na escola.

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, após quase cinco anos de debates e discussões nacionais, reconhece a Educação Ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo o processo educativo, formal e não formal. Pela primeira vez uma lei responsabiliza os sistemas de ensino como responsáveis diretos pela Educação Ambiental nas escolas e reserva um capítulo específico (cap.II, seção II) para a EA formal, onde define suas especificidades.

O tema ambiental comentado e discutido nas conferências, nos tratados e nas formações continuadas de professores realmente despertou a consciência da sociedade, obrigando os educadores a repensarem suas práticas.

“A educação ambiental tenta despertar em todos, a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante”(MOUSINHO, 2003, p. 01).

De acordo com as Políticas de Melhoria da Educação Ambiental, apesar do momento propício, a COEA teve que percorrer caminhos íngremes para conquistar seu espaço institucional no MEC. Primeiro, porque a Educação Ambiental tinha até então um caráter predominantemente de ações ambientais e não de conteúdo curricular; utilizava a educação como espaço de reivindicação para resolução de problemas pontuais ou festejar datas comemorativas ligadas ao meio ambiente; não dialogava com a escola e seus projetos educativos, nem com os sistemas de ensino, tendo em vista as características específicas deste universo.

Segundo, as instituições governamentais que financiavam projetos de Educação Ambiental e que tinham ações nas escolas eram ligadas ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) ou às ONGs ambientalistas, apenas supervisionadas pela Secretaria de Educação. E, finalmente, mesmo considerando os cursos, teleconferências e eventos, a Educação Ambiental não se efetivava como política pública do MEC nos sistemas de ensino e não atingia o universo dos professores. A COEA definiu como missão a institucionalização da Educação Ambiental nos sistemas de ensino federal, estadual e municipal. Para cumpri-la, optou pela estratégia de pautar o tema meio ambiente nas políticas educacionais como forma mais eficaz de sensibilizar as instituições educacionais para a incorporação do tema transversal meio ambiente em suas políticas, ações, currículos e projetos educativos das escolas. Nesse sentido, estabeleceu como prioridades a implementação de uma política de formação continuada em serviço para o tema, a difusão de informações sobre Educação Ambiental no ensino formal, a articulação e fortalecimento de parcerias com os sistemas de ensino, universidades e ONGs.

3 - O papel do professor no processo de educação ambiental

Nos dias de hoje, onde a informação assume um papel cada vez mais relevante, multimídia, internet, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Sendo assim, cabe destacar que a educação ambiental está assumindo cada vez mais uma função transformadora, na qual a responsabilização dos indivíduos torna-se um objeto essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental, portanto, é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação sócio ambiental, mas ainda não é suficiente é apenas “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas” (Bezerra, 2007, p 10). O educador entra então, com a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

O conhecimento científico socialmente construído e acumulado historicamente apresenta um modo particular de produção de conhecimento de grande importância e se difere das outras formas de explicação e representação do mundo. Dentre os conhecimentos adquiridos nos últimos tempos a questão ambiental, vinculada à degradação da natureza e à crescente desigualdade entre as regiões assumem um lugar de destaque no reforço à adoção de esquemas integradores. Articulando-se, portanto os impactos da crise econômica dos anos 80 e a necessidade de repensar os paradigmas existentes; e de outro, o alarme dado pelos fenômenos de aquecimento global e a destruição da natureza, entre outros problemas.

Mas apenas o conhecimento de informação não é capaz de produzir mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente. De acordo com Trigueiro: “O conhecimento de um problema ambiental é condição necessária, mas não suficientes para a mudança de valores que leve ao surgimento de atitudes positivas, desencadeando a criação de uma consciência ecológica” (Trigueiro, 2003, p. 52).

No entanto, se as atitudes são desencadeadas por sentimentos e conhecimento, fica clara a necessidade de se trabalhar a sensibilização em conjunto com a informação e a ação. Surge então, uma maior preocupação e uma busca incessante de se trabalhar a educação ambiental na sociedade. E nada melhor que se iniciar nas escolas, com as crianças. A escola é o espaço social e o local onde o educando dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova.

Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

O professor tem como papel principal, ser o mediador entre a criança e o objeto do seu conhecimento. A ele cabe a tarefa de lançar a pergunta à qual a criança ainda não foi exposta; instigar sua curiosidade das mais diferentes maneiras; definir uma ação pedagógica que vá ao encontro de seu desenvolvimento e sua intenção.

Considerando a questão ambiental e sua importância, a escola deverá oferecer meios para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências para com sua própria espécie, e para o ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

De acordo com Jacobi (1998), a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se interligam e riscos ambientais que se intensificam. As escolas, através da educação ambiental e a comunidade em geral, devem oferecer oportunidades para mobilização de todos. O apoio financeiro ou a capacidade de arrecadação das organizações não governamentais, muito poderão contribuir para multiplicarmos os processos que diminuem, e muitas vezes até conseguem eliminar, os danos causados pelo lixo humano à natureza.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais de novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. O desafio, portanto, é o de formular uma educação ambiental que seja crítica, inovadora e que chame atenção, principalmente das crianças, dentro do contexto escolar do qual estão inseridas.

“Um desafio para os educadores ambientais, que de um lado precisam trabalhar o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes” (PÁDUA, 1998. p. 23).

A educação ambiental no contexto da educação infantil deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando as crianças a analisar criticamente o princípio que tem levado à destruição inseqüente dos recursos naturais e de várias espécies. Andrade (2000) diz que: “A natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital” (p 36). As demais espécies que existem no planeta merecem nosso respeito. Além

disso, a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência. É necessário planejar o uso de ocupações do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é necessário ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, áreas destinadas à produção de alimentos e proteção de recursos naturais.

Quando se assume uma sala da Educação Infantil, Currie (1998) nos lembra de que a escola é um lugar que deve ser propício para as transformações, pois nela o cuidado com as crianças pode ser ampliado ganhando novos sentidos. Além da forma de cuidado que lhe tem sido tradicionalmente atribuída, a educação infantil pode viabilizar a criação de um ambiente desafiador onde as potencialidades possam ser desenvolvidas.

Desta forma, sugere-se que o professor, nas aulas com a Educação Infantil, tenha como base as características de uma natureza integrada numa rede interdependente, de trocas de elementos. Que ele:

“Percorra desde a preocupação do mundo com as questões ecológicas que começaram relacionadas à natureza intocada, até as considerações sobre os direitos e deveres dos alunos e sua comunidade com relação à qualidade do ambiente em que vive, chegando às possibilidades de atuação individual, coletiva e institucional.” (PCN, 1997 – p 58).

Se torna necessário, desta maneira, ter o conhecimento do que é importante ser desenvolvido com a criança, respeitando suas necessidades caracterizadas pelo desenvolvimento intelectual, físico, emocional, para não incorrerem em equívocos de propostas errôneas e desrespeitosas com relação à infância e à criança. Entendemos que o importante na infância e o que deve ser priorizado na educação infantil são as interações: das crianças com os demais sujeitos, gerando experiências de diversas ordens na relação com os mundos físicos, sociais, emocionais e ambientais que são produzidos em diferentes realidades sócio educativas.

As questões que o ambientalismo suscita estão nos dias de hoje, associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nas grandes cidades e à necessidade de ampliar a assimilação, pela sociedade, do reforço a práticas centradas na sustentabilidade por meio da educação ambiental.

É necessário, portanto, repensar o público por meio da sociedade e verificar a dimensão da oferta institucional e a criação de canais para viabilizar novas formas de cooperação social. Os desafios para ampliar a participação, principalmente das crianças, estão vinculadas à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação. Nos quais, Segundo Jacobi

“(...) os conflitos se tornam cada vez mais visíveis e as diferenças se confrontam como base constitutiva de legitimidade dos diversos interesses em jogo, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente dos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua responsabilidade na fiscalização e controle

dos agentes responsáveis pela degradação ambiental.” (Jacobi, 1998 p 89).

Ao implementar um projeto de educação para o ambiente, nas escolas de educação Infantil, fará com que o aluno compreenda o problema existente e sua responsabilidade e do seu papel enquanto parte fundamental do processo. Desenvolvendo, assim, as competências e valores que conduzirão a repensar e avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias e suas consequências no meio ambiente em que vivem. Como as crianças irão aprender o propósito do ambiente, os conteúdos programáticos selecionados, será uma das formas de tomada de consciência, tornando-se mais agradáveis e de maior interesse para o aluno.

Por seu caráter humanista, interdisciplinar e participativo, a Educação Ambiental pode contribuir muito para renovar o processo educativo, trazendo a permanente avaliação crítica e a adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educandos em ações concretas de transformação desta realidade. Para realmente abordar estes princípios e atingir seus objetivos a Educação Ambiental para crianças, precisa de uma ampla gama de métodos e do preparo dos educadores para ministrar as aulas. É importante também, conceituar e entender muito bem essa fase.

Pode dizer que ela se torna indispensável nos dias atuais, pois, vai oferecer os fundamentos para o desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos: físico, psíquico e cognitivo. É fundamental que as crianças travem contato com a natureza, despertando sentimentos e exercitando todos os sentidos. Ver e compreender a natureza como o resultado de inúmeras relações de causa e efeito “pode contribuir para uma religação, um novo despertar para valorização do todo” (Trigueiro 2003 p 56). Quando se altera qualquer dos elementos pertencentes ao mundo natural, há uma reação em quase todo seu sistema, num processo de busca de equilíbrio.

A educação infantil, precisa estar vivenciando, tendo contato, com diferentes elementos, fenômenos e acontecimentos do mundo, que elas sejam instigadas por questões significativas para que tenham acesso a modos variados de compreender e representar o que está acontecendo a sua volta. O desafio de acordo com Jacobi (1998) é de formular uma educação ambiental que seja reflexiva e inovadora, em dois níveis: formal e não formal, essa educação deve estar acima de tudo como um ato político e educacional, voltado exclusivamente para transformação social.

O seu enfoque deve estar sempre em busca de uma perspectiva positiva que relaciona o homem, natureza e o universo, tomando como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem. Os alunos, assim, refletem e gradativamente tomam consciência do mundo de diferentes maneiras em cada etapa do seu desenvolvimento. As transformações que ocorrem em seu pensamento se dão simultaneamente ao desenvolvimento da linguagem e de suas capacidades de expressão.

A Educação ambiental, portanto, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para representar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais consciente e protetora.

“Deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas que estimulem os setores educacionais e sociais em todas as faixas etárias, implicando as comunidades a retomarem seus próprios destinos.” (Jacobi, 1998, p.32).

O trabalho então, da Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil deve ter como princípio uma consciência global das questões relativas e interligadas ao meio ambiente para que possam assumir posições diferentes e afinadas com os valores referentes à proteção da natureza como proteção à vida.

4 - O AMBIENTE ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os questionários foram realizados na escola municipal Messias Monteiro da cidade de Pontalina - Goiás, com professores da Educação Infantil. Segundo as entrevistas, todas têm experiência em trabalhar na Educação Infantil no mínimo de três a cinco anos e garantem que trabalham Educação Ambiental, diariamente, de acordo com o nível de maturação dos alunos, formando hábitos de limpeza no ambiente escolar, discutindo sobre a importância de preservar a natureza e não poluir o meio ambiente com lixo e levando-os a se sentirem responsáveis em defender a natureza.

Segundo as entrevistadas não há dificuldades em trabalhar Educação Ambiental com os alunos, visto que eles chegam à escola sabendo dos prejuízos do meio ambiente. Sempre e cada vez mais, as crianças são informadas diariamente sobre este assunto, na televisão, através de programas educativos e até desenho animados, por filmes de DVD, por propagandas e pelas conversas que ouvem dos adultos.

As professoras garantem que os alunos mudam ou adquirem hábitos de prevenção da natureza e que isto pode ser avaliado pelas atitudes das mesmas na escola e também através de relatos de familiares que contam às professoras, as advertências levadas pelas crianças em casa, quando cometem alguma ação prejudicial ao meio ambiente.

De acordo com as entrevistas, as professoras explicam que as mudanças e as aquisições de hábitos ao preservar o meio ambiente ocorrem gradativamente, devido ao fato de cada criança ter seu momento próprio de aprendizagem. Nem todas mudam ou adquirem hábitos do dia para a noite, por isso é que o trabalho deve ser diário e contínuo.

Quanto às observações realizadas em sala de aula, num relato geral, das três turmas observadas, pode-se notar que as professoras criam condições para que as crianças exponham seus conhecimentos adquiridos nas vivências com seus familiares e na escola e com isso as crianças criam uma enorme quantidade de ideias diferentes para explicar o tema discutido.

Através de conversas, as professoras dão espaço para o desenvolvimento da curiosidade e da capacidade de observação das crianças, propondo e organizando atividades de observação e reflexão. Propõem questões que as façam pensar sobre os fatos observados e levantem hipóteses e procurar verificá-las.

As crianças são colocadas em contato com diferentes fontes de informações, todas adequadas ao nível de maturação como figuras, mostrando o próprio ambiente escolar e as condições das ruas da cidade, exibindo filmes educativos, livros literários com imagens, sempre procurando ampliar seus conhecimentos. Quanto à postura dos alunos, percebe-se que eles gostam das aulas, possuem uma participação ativa e durante o tempo reservado a conversas sobre os temas,

eles agem como denunciadores dos adultos, contando fatos ocorridos em suas vidas fora da escola.

Através da análise dos questionários e da observação das aulas, verificou-se que existe realmente um trabalho de Educação Ambiental na escola campo e que este é realizado com muita criatividade pelas professoras. Em relação aos alunos foi possível identificar que eles são capazes de aprender sobre o tem, não são leigas no assunto e que agem diferente dos adultos, multiplicando seus saberes no meio onde vive.

5 - CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa bibliográfica conclui-se que mudar a realidade ambiental será uma ação muito demorada, visto que ela se iniciou nos primórdios do tempo e está interligada com a ambição humana. Saber se que esta não será uma tarefa fácil, mas que já preocupam governantes e a sociedade.

Conclui-se que uma das melhores formas de resolver este problema é através da educação, isto não quer dizer que a escola, sozinha, irá solucionar o problema, mas será uma ferramenta importante na conquista de mudanças da sociedade. A educação está sendo uma aliada na conscientização social e vem ampliando os trabalhos referentes à temática, envolvendo aos poucos a sociedade e paulatinamente mudando as atitudes do homem em relação à natureza. Como se vê, a proposta educacional do meio ambiente também gerou lentamente, nasceu, mas já está engatinhando.

Verifica-se também que o trabalho deve começar o mais cedo possível para que as crianças não cheguem a seguir os exemplos dos adultos, mas primeiro se conscientizem do valor que elas possuem, diante da sociedade, como modificadores, denunciadores e agentes ativos sociais.

O trabalho monográfico permitiu verificar que a Educação Ambiental está inserida na educação desde as primeiras fases de escolarização, salientando que os educadores também possuem conscientização da importância desse trabalho em sala de aula, mesmo com crianças bem pequenas.

Verifica-se também que este não é um trabalho difícil de realizar, pois as fontes de informações são enormes e que os alunos, principalmente da Educação Infantil acreditam muito mais nos professores do que nos adultos que os rodeiam. Assim o trabalho se torna fácil e prazeroso para os professores.

Uma das indagações da pesquisa era saber se as crianças conseguiam aprender algo sobre Educação ambiental. Pensa-se que por elas serem pequenas, elas são incapazes de absorver conhecimentos, resolver problemas, levantar hipóteses, porém nada disso impossibilita-as a aprender desde que sejam estimuladas. As crianças possuem mais facilidade em mudar ou criar hábitos de preservação ambiental, do que o adulto que conhece a realidade tem consciência do que é certo e errado.

A pesquisa respondeu a todas as expectativas, oportunizando afirmar que o Trabalho de Educação Ambiental pode ser realizado na Educação Infantil, sem dificuldades e que as crianças são capazes de aprender e levar o aprendizado para fora dos muros da escola.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D.F. Implementação da Educação Ambiental nas Escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação, 2000.

BEZERRA, Edson Alves. Desafios da Educação Ambiental. Artigos. 2007. BRASIL. Constituição Federal. Coleção de Leis de Direito Ambiental. Barueri, Manole, 2004. AMANCIO, Robson & GOMES, Marcos Affonso Ortiz. Filosofia e ética ambiental. ramancio@ufla.br, bremaogomes@ufla.br, 2010. Ministério da Educação Secretaria de Educação Fundamental. Políticas de Melhoria da Educação Ambiental. Brasília: MEC. Ministério da Educação e do Deporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde. Brasília, MEC, 1996. CAMINHA, Pero Vaz. A carta de Caminha ao Rei de Portugal. In DOMINGUES, Joelza Ester; FIUSA, Laila Paranhos Leite. História: O Brasil em Foco. São Paulo: FTD, 1999.

CÉSAR e SEZAR. Biologia. São Paulo: Saraiva, 1996.

CURRIE, K. L. Meio Ambiente, interdisciplinaridade na prática. Campinas: Papyrus, 1998. JACOBI, P. et AL. (orgs). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo; SMA. 1998. MACEDO, José Rivair;

OLIVEIRA, Mariley Wanderley. Brasil: Uma História em Construção. São Paulo: Editora Brasil, 2000. MELANI, Maria Raquel Apolinari. Projeto Ariribá: História. São Paulo: Moderna, 2006. MORIN, Edgar. Repensar a reforma, reformar o pensamento: a cabeça bemfeita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PÁDUA, S; TABANEZ, M. Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998. PILETTI, Nelson; PILETTI Claudino. História e Vida integrada. São Paulo, Ática, 2007.

PIZZA, Wilson Júnior. Administração e meio ambiente. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 25 (4): 12-24 out/dez, 1991. SCHIMIDT, Mário. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, 1996. TRIGUEIRO, A. Meio Ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextame, 2003.